26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

TAXAS DE PUBLICAÇÃO: POLÍTICAS DE ISENÇÃO E EXCLUSÃO NA CIÊNCIA

PUBLICATION FEES: *WAIVER POLICIES AND EXCLUSION IN SCIENCE*

Graziela Barros Gomes - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), campus de Brasília
João de Melo Maricato - Universidade de Brasília (UNB)
Michelli Pereira da Costa - Universidade de Brasília (UNB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A transição para o acesso aberto via Article Processing Charges (APCs) reconfigurou as relações de poder na comunicação científica. Este estudo objetivou analisar as políticas de isenção de APCs das cinco maiores editoras comerciais como mecanismos de economia política da informação e colonialismo digital. A pesquisa adotou abordagem qualiquantitativa, combinando análise documental das políticas editoriais, levantamento da produção científica na base *Scopus* (2020-2024) e questionário com pesquisadores da área de genética. Os resultados revelam uma arquitetura de opacidade deliberada que impede o escrutínio público sobre a efetividade das isenções. A produção científica de países elegíveis concentra-se em colaborações internacionais com o Norte Global, indicando que a remoção de barreiras financeiras não altera as assimetrias epistêmicas estruturais. Conclui-se que tais políticas operam como mecanismos de legitimação (*openwashing*) e regulação da inclusão periférica, subordinando autores do Sul Global sem alterar a estrutura de acumulação de capital do sistema editorial. O estudo aponta que essas práticas atualizam dinâmicas de dominação, sendo necessárias alternativas como o acesso aberto diamante e o fortalecimento de infraestruturas públicas soberanas para garantir uma comunicação científica equitativa.

Palavras-chave: Comunicação científica; acesso aberto; política de informação; soberania informacional.

Abstract: The transition to open access via Article Processing Charges (APCs) has reconfigured power relations in scientific communication. This study aimed to analyze the APC waiver policies of the five largest commercial publishers as mechanisms of the political economy of information and digital colonialism. The research adopted a qualitative-quantitative approach, combining document analysis of editorial policies, a survey of scientific production in the Scopus database (2020–2024), and a questionnaire with genetics researchers. The results reveal a deliberate architecture of opacity that prevents public scrutiny regarding the effectiveness of waivers. Scientific production from eligible countries is concentrated in international collaborations with the Global North, indicating that the removal of financial

barriers does not alter structural epistemic asymmetries. It is concluded that such policies operate as mechanisms of legitimation (openwashing) and regulation of peripheral inclusion, subordinating Global South authors without changing the editorial system's capital accumulation structure. The study points out that these practices update dynamics of domination, necessitating alternatives such as diamond open access and the strengthening of sovereign public infrastructures to ensure equitable scientific communication and informational sovereignty.

Keywords: Scientific communication; open access; information policy; informational sovereignty.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação científica, enquanto processo social fundamental para a produção e circulação do conhecimento, é também um campo de disputa política e econômica. Historicamente, a consolidação do periódico científico como principal veículo de disseminação da pesquisa, aliada à concentração do mercado editorial em um oligopólio de grandes corporações comerciais, como a Elsevier, Wiley, Springer Nature, Taylor & Francis e Sage, transformou o conhecimento acadêmico em uma mercadoria valiosa (Larivière; Haustein; Mongeon, 2015; Posada; Chen, 2018). O movimento de Acesso Aberto (AA), que emergiu com a promessa de democratizar o acesso ao conhecimento financiado com recursos públicos, foi em grande medida capturado por essa lógica mercantil. A introdução das taxas de processamento de artigos (do inglês *Article Processing Charges* - APCs) transferiu o custo da publicação dos leitores para os autores, criando uma nova barreira econômica que afeta desproporcionalmente pesquisadores de países de baixa e média renda (Fontúrbel; Vizentin-Bugoni, 2020; Smith *et al.*, 2021).

Em resposta a essa barreira, as grandes editoras implementaram políticas de isenção e desconto de APCs, dirigidas a autores de países com menor capacidade financeira. Em tese, tais políticas funcionariam como mecanismos de equidade, permitindo a participação de pesquisadores do Sul Global no sistema de publicação científica internacional. No entanto, a literatura tem apontado para uma série de problemas estruturais nesses programas, tais como a falta de transparência sobre o número de beneficiários (Butler *et al*., 2023), a exigência de solicitação e comprovação de necessidade que coloca os autores em posição de subalternidade (Rouhi; Beard; Brundy, 2022), e a concentração da produção científica em poucos países e áreas do conhecimento (Larose; Mittal, 2023).

Nesse cenário, essa pesquisa argumenta que as políticas de isenção de APC, mais do

que instrumentos técnicos de gestão editorial, constituem um fenômeno de economia política da informação que merece ser analisado. Para além de sua função declarada de inclusão, elas operam como mecanismos de legitimação simbólica (*openwashing*) que permitem às editoras projetar uma imagem de responsabilidade social enquanto mantêm inalteradas as estruturas de poder que geram a exclusão. Ao condicionar o acesso à publicação a critérios definidos unilateralmente por oligopólios editoriais do Norte Global, essas políticas atualizam, no campo da comunicação científica, as dinâmicas do colonialismo digital (Cristóvam; Sousa 2024) e da globalização perversa (Santos, 2022), nas quais a integração global se dá de forma subordinada e assimétrica.

A pesquisa que fundamenta esta comunicação, recorte de uma dissertação de mestrado em Ciência da Informação, analisou as políticas de isenção e desconto de APCs das cinco maiores editoras comerciais, investigando seus efeitos sobre a produção científica de países elegíveis no período de 2020 a 2024. Por meio de uma abordagem qualiquantitativa, que combinou análise documental, levantamento cientométrico e aplicação de questionário a autores da área de genética, buscou-se responder a questões centrais: em que medida essas políticas ampliam a participação de pesquisadores do Sul Global? Que barreiras, para além da financeira, estruturam o acesso à publicação? E, fundamentalmente, que regime de informação emerge desse conjunto de práticas e discursos?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura constitui um campo interdisciplinar que investiga a centralidade que a informação, a comunicação e a cultura assumiram no modo de produção capitalista contemporâneo (Herscovici, 2014). Diferentemente de abordagens funcionalistas ou tecnocráticas, a economia política se caracteriza por uma perspectiva crítica que examina as relações de poder, as estruturas de propriedade, os mecanismos de acumulação e as assimetrias que organizam a produção, circulação e consumo de bens simbólicos e informacionais.

Aplicada ao campo da comunicação científica, essa perspectiva permite compreender como o conhecimento acadêmico, tradicionalmente concebido como um bem público, foi progressivamente transformado em uma mercadoria sujeita às leis do mercado. O oligopólio

editorial formado por um pequeno número de grandes corporações que controlam a maior parte dos periódicos de alto impacto e das bases de dados científicas não é um acidente do mercado, mas o resultado de um processo histórico de concentração e acumulação de capital (Larivière; Haustein; Mongeon, 2015). Essas editoras extraem valor do trabalho não remunerado de autores, revisores e editores, e convertem esse trabalho em lucros extraordinários, operando com margens que superam as de muitas indústrias tradicionais (Bergstrom, 2001; Posada; Chen, 2018).

A transição para o AA, longe de ameaçar esse modelo, foi apropriada e incorporada às estratégias de acumulação das grandes editoras. A introdução das APCs criou um novo fluxo de receita, transferindo o custo da publicação dos consumidores (bibliotecas e leitores) para os produtores (autores e suas instituições financiadoras). Esse movimento, que Mirowski (2018) descreve como parte de uma reconfiguração neoliberal da ciência, não democratizou o acesso, ele deslocou a barreira financeira, criando uma nova forma de exclusão.

É nesse contexto que as políticas de isenção e desconto de APCs devem ser compreendidas. Elas não são concessões filantrópicas, mas respostas estratégicas a pressões políticas e reputacionais. Ao oferecer isenções seletivas, as editoras buscam conter as críticas ao caráter excludente do modelo de APC, sem, contudo, abrir mão do controle sobre a infraestrutura editorial ou dos princípios que organizam a precificação. Trata-se, como argumentam Lund e Zukerfeld (2020), de uma forma de capitalismo de plataforma aplicado à ciência, no qual a abertura é gerida e dosada de modo a preservar a acumulação.

2.2 REGIMES DE INFORMAÇÃO E TEORIAS CRÍTICAS

O conceito de regime de informação é importante para compreender as políticas de isenção de APC como um fenômeno que transcende a dimensão técnica ou econômica. Formulado originalmente por Frohmann (1995) e desenvolvido por González de Gómez (2012), o conceito de regimes de informação[1] designa o conjunto de elementos, atores, instituições, práticas, tecnologias, normas e discursos que organizam a produção, circulação, mediação e uso da informação em um dado contexto histórico e social (Marques; Alves 2024).

[1] A literatura sobre regimes de informação também inclui a contribuição de Sandra Braman, que amplia o conceito para o campo das políticas de informação ao definir regime como o conjunto de regras formais e informais que estruturam a produção, o processamento, o fluxo e o uso da informação em determinado contexto. Ver: BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. *In*: BRAMAN, Sandra (ed.). **The emergent global information policy regime**. London: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.

Trata-se de uma noção que permite articular as dimensões materiais e simbólicas da informação, evitando tanto o reducionismo tecnológico quanto o idealismo. Na leitura de González de Gómez (2012), o regime de informação opera como um dispositivo que articula ações de informação, dispositivos sociais e formas de mediação, permitindo observar como estruturas de poder se materializam em práticas informacionais concretas.

No campo da comunicação científica, o regime de informação é estruturado por um conjunto complexo de relações de poder. As grandes editoras atuam como atores centrais, controlando os canais de publicação e os sistemas de indexação, as métricas de impacto e, cada vez mais, as plataformas de análise de dados e inteligência artificial (Posada; Chen, 2018). Os pesquisadores, por sua vez, são simultaneamente produtores e consumidores de informação, mas sua agência é fortemente condicionada pelas regras do jogo, regras essas que, em grande medida, são definidas pelos oligopólios editoriais.

As políticas de isenção de APC podem ser analisadas como um elemento desse regime de informação. Elas definem quem pode acessar determinados canais de publicação e em que condições, estabelecendo uma hierarquia de acesso que reproduz, no plano da comunicação científica, as divisões globais entre centro e periferia. A dependência de critérios macroeconômicos (renda nacional, PIB, classificação do Banco Mundial) para definir a elegibilidade, por exemplo, revela como o regime de informação está ancorado em estruturas de poder que vão além do campo científico, articulando-se com a geopolítica e a economia global.

A contribuição das teorias críticas, particularmente aquelas vinculadas à tradição frankfurtiana, é essencial para desvelar os mecanismos de dominação que operam sob a aparência de neutralidade técnica. Adorno e Horkheimer (1985) demonstraram como a razão instrumental, ao reduzir o mundo a grandezas mensuráveis e controláveis, produz novas formas de alienação e dominação. No contexto da comunicação científica, essa racionalidade se manifesta na força normativa das métricas, Fator de Impacto, citações e *rankings*, que transformam a pesquisa em um jogo de pontuação, subordinando a qualidade e a relevância social do conhecimento a indicadores quantitativos.

As políticas de isenção de APC, ao serem formuladas e operacionalizadas com base em critérios quantitativos (renda per capita, PIB) e em processos burocráticos que exigem dos autores a comprovação de sua carência, inscrevem-se nessa mesma lógica instrumental. Elas transformam a exclusão em um problema de gestão, a ser resolvido por meio de ajustes

técnicos e não como uma questão política que demanda a reestruturação das relações de poder no sistema editorial. A opacidade que envolve a aplicação dessas políticas é, ela mesma, um sintoma dessa racionalidade, a informação sobre beneficiários e critérios efetivos de concessão não é disponibilizada publicamente porque isso permitiria um escrutínio que poderia questionar a própria lógica do sistema.

2.3 COLONIALISMO DIGITAL, SOBERANIA E GLOBALIZAÇÃO PERVERSA

O conceito de colonialismo digital também mostra-se importante para compreender as dinâmicas de poder na comunicação científica contemporânea. Inspirado nos debates sobre colonialidade e modernidade, o colonialismo digital refere-se às formas contemporâneas de dominação exercidas por meio do controle sobre infraestruturas tecnológicas, plataformas, dados e fluxos de informação (Cristóvam; Sousa 2024). Diferentemente do colonialismo clássico, que se baseava na ocupação territorial e na exploração direta de recursos, o colonialismo digital opera por meio da captura de dados, da imposição de padrões tecnológicos e da centralização do poder informacional em poucos atores situados predominantemente no Norte Global.

No campo da comunicação científica, o colonialismo digital se manifesta de múltiplas formas. As grandes editoras comerciais, sediadas em países do Norte Global (Estados Unidos, Reino Unido, Holanda, Alemanha), controlam a infraestrutura de publicação, indexação e avaliação da ciência. Elas definem quais periódicos são qualificados por meio de métricas como o Fator de Impacto, quais línguas são legítimas com clara predominância do inglês e quais temas e abordagens são reconhecidos como relevantes. Esse controle extrapola os limites econômicos pois moldam o que conta como conhecimento válido e quem tem autoridade para produzi-lo.

As políticas de isenção de APC, ao condicionarem o acesso à publicação a critérios definidos unilateralmente pelas editoras, atualizam essa dinâmica colonial. Pesquisadores do Sul Global são convidados a participar do sistema científico internacional, mas em condições subordinadas. Eles podem publicar, desde que se enquadrem nos critérios de elegibilidade definidos pelas editoras, que frequentemente exigem que todos os coautores estejam em países elegíveis (como no caso da Elsevier), ou que solicitem a isenção em um processo burocrático que pode ser percebido como humilhante (Rouhi; Beard; Brundy, 2022). A isenção, nesse contexto, não é um direito, mas uma concessão, que coloca o pesquisador

periférico em uma posição de dependência e subalternidade.

O conceito de soberania tecnológica surge como um contraponto a essa dinâmica. Soberania tecnológica refere-se à capacidade de um país ou região de desenvolver, controlar e gerir suas próprias infraestruturas tecnológicas e informacionais, reduzindo a dependência de atores externos (Cristóvam; Sousa 2024). No campo da comunicação científica, a soberania tecnológica implicaria o fortalecimento de infraestruturas públicas de publicação, como o SciELO na América Latina, e o desenvolvimento de métricas e sistemas de avaliação que considerem as especificidades e necessidades locais. O modelo de AA diamante, que elimina as barreiras financeiras tanto para leitores quanto para autores, e é financiado por subsídios institucionais, representa uma alternativa que se alinha com essa perspectiva de soberania. Além da soberania tecnológica, Braga (2026) traz o conceito de soberania informacional a qual "vai para além da soberania digital ao considerar elementos de apropriação dos fluxos informacionais, das infraestruturas de serviços, dos algoritmos e padrões de interoperabilidade e, finalmente, da incorporação do *software* e *hardware* livres." Tal conceito também mostra-se importante na análise desse fenômeno.

A análise de Milton Santos (2022) sobre a globalização perversa oferece um quadro interpretativo adicional para compreender essas dinâmicas. Santos (2022) argumenta que a globalização contemporânea, longe de promover a integração e o desenvolvimento para todos, é marcada por três mecanismos centrais: a fabulação e a ideologia, que naturalizam práticas excludentes como inevitáveis ou benéficas; o território do dinheiro, que concentra o poder econômico em determinados espaços e atores; e as técnicas da informação, que controlam os fluxos de comunicação e conhecimento.

Aplicando esses conceitos à comunicação científica, observa-se que: (i) a retórica do AA como democratização plena opera como uma fabulação, ocultando as novas barreiras criadas pelas APCs; (ii) o território do dinheiro se manifesta na concentração do mercado editorial em poucas corporações e na captura de recursos públicos por meio de APCs e acordos transformativos; (iii) as técnicas da informação são controladas pelas plataformas proprietárias das editoras, que definem os termos de indexação, visibilidade e avaliação da pesquisa. As políticas de isenção, nesse quadro, funcionam como um mecanismo de gestão da exclusão, que permite ao sistema manter sua aparência de inclusão enquanto reproduz as assimetrias estruturais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualiquantitativa, combinando análise documental, levantamento cientométrico e aplicação de questionário. O universo da pesquisa foi constituído pelas revistas de AA dourado indexadas na *Scopus* que concedem isenção e desconto de taxas de APC, bem como revistas diamante (sem APC) publicadas pelas cinco editoras selecionadas: Elsevier, Sage, Springer Nature, Taylor & Francis e Wiley. A etapa quantitativa não foi restrita a uma área específica. O recorte foi definido por países elegíveis e por periódicos de AA dourado e diamante. A área de genética foi utilizada apenas na etapa qualitativa, por concentrar volume significativo de publicações de autores de países elegíveis nas editoras selecionadas.

O levantamento das políticas de isenção foi realizado em maio de 2024 nos sites institucionais das editoras, sistematizando os critérios de concessão e as listagens de países elegíveis. A coleta de dados quantitativos envolveu duas etapas: (i) identificação, na base *Scopus*, do quantitativo de artigos publicados em revistas de AA dourado por países elegíveis, no período de 2020 a 2024; (ii) identificação, no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), de periódicos em AA diamante das editoras selecionadas, seguida de levantamento dos artigos publicados nesses periódicos por países elegíveis, também na base *Scopus*.

A coleta qualitativa foi realizada por meio de questionário aplicado a autores da área de genética que publicaram em periódicos da Springer Nature e da Sage formalmente elegíveis à isenção de APC. O universo de respondentes foi construído a partir da base *OpenAlex*, utilizando o ISSN das revistas elegíveis. Os endereços de e-mail dos autores foram recuperados via *Application Programming Interface* (*API)* do *ORCID* ou a partir do contato do autor correspondente indicado no artigo publicado.

Os dados quantitativos foram tratados por meio de planilhas, com análises descritivas e gráficas. Os dados qualitativos foram analisados a partir de três categorias conceituais: (1) acesso cognitivo: autores que desconheciam ser beneficiários da isenção; (2) acesso técnico: e-mails inválidos ou dados inconclusivos; (3) identidade geopolítica: autores afiliados a instituições de países do Norte Global que não puderam acessar a isenção.

A lista completa dos periódicos selecionados, com ISSN e editora, e os dados brutos da coleta estão disponíveis em: https://doi.org/10.5281/zenodo.19229019.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A ARQUITETURA DAS POLÍTICAS DE ISENÇÃO: ENTRE A RETÓRICA E A OPACIDADE

A análise das políticas de isenção das cinco editoras revelou um quadro de fragmentação e opacidade. Cada editora adota critérios próprios de elegibilidade, embora todos se baseiam predominantemente em classificações econômicas de países [renda nacional, Produto Interno Bruto (PIB), Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita*], frequentemente utilizando o programa *Research4Life*[2] como referência.

A Elsevier adota dois modelos principais: o modelo tradicional, vinculado ao programa *Research4Life*, que oferece isenção total (100%) para autores de 69 países de baixa renda (Grupo A) e descontos automáticos de 50% para autores de 57 países de renda média-baixa (Grupo B); e o *Geographical Pricing for Open Access* (GPOA), lançado em 2023, que introduz uma escala de descontos mais granular baseada no RNB *per capita*. A Sage estrutura sua política em três critérios: isenções automáticas para autores correspondentes de países do *Research4Life*, descontos institucionais e exclusão de títulos híbridos. A Springer Nature combina isenção total para países de baixa renda (23 países) com desconto de 50% para países de renda média-baixa (40 países), mas o benefício depende de solicitação ativa do autor. A Taylor & Francis adota critérios próprios baseados no Banco Mundial, também exigindo solicitação. A Wiley, por fim, estrutura sua política por meio do *Research4Life*, com isenções e descontos automáticos.

Um traço comum a todas as políticas é a ausência de dados públicos sistematizados sobre o número de beneficiários, os critérios efetivos de concessão e os valores dispensados. Entre julho e agosto de 2024, quando solicitadas formalmente a fornecer esses dados, as editoras se recusaram, alegando confidencialidade ou proteção de dados. A Springer Nature, em resposta a um pedido de informação, afirmou que “não podemos divulgar detalhes sobre os descontos e isenções de taxas de publicação (APC) concedidos a autores e artigos individuais, pois essas informações são confidenciais e também estão sujeitas a requisitos de

[2] O Research4Life é uma parceria internacional criada em 2002 que reúne organismos como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a *Food and Agriculture Organization* (FAO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), além de editoras científicas e universidades. A iniciativa organiza os países elegíveis em dois grupos: Grupo A (isenção total) e Grupo B (desconto parcial), com base em indicadores de renda e desenvolvimento humano, servindo como referência para as políticas de isenção de APC de diversas editoras comerciais.

proteção de dados". Essa opacidade não é um acidente ou uma limitação técnica, ela constitui o que podemos chamar de uma arquitetura de opacidade deliberada. Ao não disponibilizar dados que permitam verificar a efetividade de suas políticas, as editoras impedem o escrutínio público e a avaliação independente. A falta de transparência, nesse contexto, não é um efeito colateral, trata-se de uma condição de funcionamento do sistema, que permite às editoras projetar uma imagem de inclusão sem que essa imagem possa ser contraditada por evidências empíricas.

De acordo com a economia política da informação, essa opacidade revela a assimetria de poder que caracteriza o regime de informação da comunicação científica. As editoras detêm o monopólio da informação sobre suas próprias práticas, e se recusam a compartilhá-la com a comunidade acadêmica. Essa assimetria é informacional e política, pois impede que pesquisadores, bibliotecas e agências de fomento avaliem o impacto real das políticas de isenção e, se necessário, pressionem por mudanças.

4.2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA E COLABORAÇÃO INTERNACIONAL: A PERMANÊNCIA DAS ASSIMETRIAS

Os dados quantitativos revelaram um padrão consistente em todas as editoras analisadas nas quais a produção científica de autores de países elegíveis ocorreu majoritariamente em colaboração internacional. Tais dados indicam que a inserção científica de autores de países elegíveis ocorre predominantemente por meio de redes colaborativas, frequentemente envolvendo pesquisadores do Norte Global. A produção autônoma, embora tenha crescido, permanece em patamares inferiores. Esse padrão sugere que a remoção da barreira financeira (por meio das isenções) não é suficiente para alterar as estruturas de dependência que caracterizam a produção científica periférica. Mesmo quando a taxa de publicação é dispensada, os pesquisadores do Sul Global continuam a depender de parcerias com instituições do Norte para acessar os canais de publicação de prestígio.

Do ponto de vista disciplinar, os dados coletados na *Scopus* demonstraram que a produção concentrou-se em áreas já consolidadas e internacionalizadas, como a Medicina, seguida por Ciência Ambiental, Ciências Agrárias e Biológicas, e Física. Essa concentração sugere que as políticas de isenção tendem a beneficiar pesquisadores de áreas que já possuem maior integração ao sistema científico global, em detrimento de áreas como Humanidades e Ciências Sociais, que frequentemente enfrentam outras barreiras (como a língua e a

relevância local dos temas).

4.3 A EXPERIÊNCIA DOS AUTORES: DESCONHECIMENTO, BUROCRACIA E EXCLUSÃO

A etapa qualitativa da pesquisa, realizada por meio de questionário aplicado a pesquisadores da área de genética, revelou um cenário de não transparência e barreiras que vão além da dimensão financeira. Do conjunto total de publicações analisadas, o questionário enviado para 50 autores que publicaram na Sage e obteve 24 respostas e 55 autores que publicaram na área na editora Springer Nature 27 responderam, representando juntos que somente uma parcela minoritária dos autores (sete pesquisadores) confirmou ter recebido isenção de APC em ambas as editoras. Em contraste, diversos autores declararam desconhecer a possibilidade de isenção, não ter clareza quanto à própria elegibilidade ou ter optado pelo pagamento integral do APC diante da ausência de uma oferta clara do benefício.

Um caso particularmente elucidativo foi o de um pesquisador ganês que, embora residisse em Gana no momento da publicação, teve sua isenção negada porque sua afiliação institucional principal era uma universidade chinesa e o autor correspondente (seu orientador) não era elegível. Esse relato evidencia que a concessão de isenção está vinculada prioritariamente à afiliação institucional do autor correspondente, e não à nacionalidade ou condição socioeconômica do pesquisador que efetivamente produziu o trabalho. A regra, adotada por várias editoras, de que todos os coautores devem estar em países elegíveis para que a isenção seja concedida, exclui automaticamente colaborações internacionais mistas, que são justamente a forma predominante de inserção científica dos pesquisadores do Sul Global.

O conjunto mais expressivo de casos foi composto por respostas inconclusivas, decorrentes de endereços eletrônicos inválidos, ausência de resposta ou impossibilidade de contato com autores correspondentes. Esse resultado não deve ser interpretado como uma simples limitação metodológica, mas como evidência empírica de um fenômeno estrutural de não transparência dos dados. Assim como ocorre com os *dark data* descritos por Araújo, Silva e Simeão (2025), as informações sobre isenções de APC existem nos sistemas internos das editoras, porém não são disponibilizadas publicamente de forma sistemática, auditável ou acessível à pesquisa científica independente.

4.4 DISCUSSÃO: ISENÇÕES, COLONIALISMO DIGITAL E O REGIME DE INFORMAÇÃO DA CIÊNCIA

Os resultados empíricos, interpretados de acordo com o referencial teórico, permitem avançar para uma compreensão mais profunda das políticas de isenção de APC como um fenômeno de economia política da informação.

Em primeiro lugar, as políticas de isenção operam como um mecanismo de regulação da inclusão periférica. Elas permitem que pesquisadores do Sul Global acessem, ainda que de forma limitada e condicionada, os canais de publicação do sistema científico internacional. No entanto, esse acesso é gerido de modo a não desafiar as hierarquias existentes. A concentração geográfica da produção em poucos países, a dependência de colaborações internacionais e a persistência da preferência por periódicos de alto impacto mostram que a isenção não é suficiente para reconfigurar as estruturas de poder. O Sul Global é incluído, mas em posição subordinada, como consumidor de um serviço (a publicação) que é definido e controlado por atores do Norte Global.

Em segundo lugar, a arquitetura de opacidade que envolve as políticas de isenção revela a assimetria de poder que caracteriza o regime de informação da comunicação científica. As editoras detêm o monopólio da informação sobre suas próprias práticas e se recusam a compartilhá-la, impedindo que a comunidade acadêmica avalie a efetividade das políticas. Essa opacidade não é um acidente, mas uma condição de funcionamento do sistema, que permite às editoras projetar uma imagem de responsabilidade social sem que essa imagem possa ser contraditada por evidências empíricas. Trata-se, como argumentam Silhol, Dillaerts e Boukacem-Zeghmouri (2025), de uma forma de openwashin, o uso do discurso da abertura como estratégia de legitimação que mascara a permanência de estruturas excludentes.

Em terceiro lugar, as políticas de isenção atualizam, no campo da comunicação científica, as dinâmicas do colonialismo digital (Cristóvam; Sousa 2024). O controle sobre a infraestrutura de publicação, a definição unilateral dos critérios de elegibilidade e a imposição de processos burocráticos que colocam o pesquisador periférico em posição de subalternidade reproduzem, em novos termos, as relações de dominação entre centro e periferia. A isenção, nesse contexto, não é um direito, mas uma concessão, que reforça a dependência e a assimetria. O pesquisador do Sul Global é convidado a participar, mas em condições que lhe lembram constantemente sua posição subordinada.

Por fim, a análise à luz da justiça distributiva de Rawls (2003) revela que as políticas de isenção não cumprem o princípio da diferença. Elas não beneficiam prioritariamente os pesquisadores em posição mais desfavorável; ao contrário, a produção científica concentra-se em países com maior capacidade institucional e em áreas já consolidadas. A persistência das assimetrias, aliada à opacidade sobre os beneficiários efetivos, sugere que as isenções funcionam mais como um mecanismo de legitimação simbólica do que como um instrumento de justiça distributiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as políticas de isenção e desconto de APCs das cinco maiores editoras comerciais, argumentando que tais políticas, mais do que instrumentos técnicos de gestão editorial, constituem um fenômeno de economia política da informação que merece ser criticamente examinado. Os resultados indicam que as isenções, embora ampliem formalmente o acesso à publicação, operam como mecanismos de regulação da inclusão periférica, que permitem ao sistema manter sua aparência de equidade enquanto reproduzem as assimetrias estruturais.

A pesquisa evidenciou a existência de uma arquitetura de opacidade deliberada na comunicação dessas políticas. A ausência de dados públicos sistematizados sobre beneficiários, critérios de concessão e valores dispensados impede o escrutínio público e a avaliação independente, funcionando como uma condição de funcionamento do sistema que protege as editoras de um questionamento mais radical sobre a efetividade de suas políticas.

Os dados quantitativos revelaram que a produção científica de países elegíveis ocorre majoritariamente em colaboração internacional, enquanto a produção autônoma permanece baixa, sugerindo que a remoção da barreira financeira não é suficiente para reconfigurar as hierarquias epistêmicas. A concentração geográfica e disciplinar da produção reforça a ideia de que as isenções beneficiam desproporcionalmente países e áreas que já possuem maior integração ao sistema científico global.

A análise qualitativa, por sua vez, evidenciou barreiras que vão além da dimensão financeira: o desconhecimento dos autores sobre a existência das políticas, a burocracia dos processos de solicitação e a exclusão de colaborações internacionais mistas revelam como o acesso à publicação é mediado por critérios que privilegiam pesquisadores com maior capital institucional e capacidade de navegação administrativa.

Em acordo com o referencial teórico adotado, argumenta-se que as políticas de isenção de APC atualizam, no campo da comunicação científica, as dinâmicas do colonialismo digital (Cristóvam; Sousa 2024) e da globalização perversa (Santos, 2022). Ao condicionar o acesso à publicação a critérios definidos unilateralmente por oligopólios editoriais do Norte Global, e ao envolver os pesquisadores em processos burocráticos que os colocam em posição de subalternidade, essas políticas reproduzem, em novos termos, as relações de dominação entre centro e periferia.

A pesquisa também aponta para a necessidade de avançar em direção a alternativas que rompam com essa lógica. O modelo de acesso aberto diamante, financiado por subsídios institucionais e isento de custos para autores e leitores, representa uma via promissora, mas ainda enfrenta o desafio de competir com o prestígio e a visibilidade dos periódicos comerciais. O fortalecimento de infraestruturas públicas de publicação, como o SciELO, e o desenvolvimento de métricas e sistemas de avaliação que considerem as especificidades e necessidades locais são passos necessários para a construção de uma comunicação científica mais soberana e equitativa.

Como agenda futura, recomenda-se a realização de investigações que examinem, de forma mais aprofundada, os processos de solicitação e concessão das isenções, bem como seus impactos em diferentes áreas do conhecimento e regiões geográficas. A criação de mecanismos de transparência e auditabilidade, que permitam à comunidade acadêmica acompanhar e avaliar a aplicação das políticas de isenção, é uma condição necessária para que essas políticas possam, de fato, cumprir seu propósito declarado de promover equidade na comunicação científica.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ARAÚJO, Denise Oliveira de; SILVA, Márcio Bezerra da; SIMEÃO, Elmira Luiza Melo Soares. Entre tipologias e publicização: um modelo de representação do conhecimento sobre dados nulos, negativos ou inconclusivos. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 18, n. 1, p. 01-22, 2025. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/768/673 Acesso em: 22 jun. 2026.

BERGSTROM, Ted. Free Labor for Costly Journals? **Journal of Economic Perspectives**, [*s.l.*], v. 15, n. 4, p. 183-198, 2001. Disponível em: https://econpapers.repec.org/paper/wpawuwpmi/0106002.htm Acesso em: 22 jun. 2026.

BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes. A ciência da informação e os desafios contemporâneos. **Ciência da Informação,** Brasília, DF, v. 55, n. 1, 2026. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/7970. Acesso em: 30out. 2026.

BUTLER, Leigh-Ann et al. The oligopoly's shift to open access: how the big five academic publishers profit from article processing charges. **Quantitative Science Studies**, [*s.l.*], v. 4, n. 4, p. 778-799, 2023. Disponível em: https://direct.mit.edu/qss/article/4/4/778/118070/The-oligopoly-s-shift-to-open-access-How-the-big Acesso em: 22 jun. 2026.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. Soberania tecnológica vs. colonialidade digital: estado inteligente e políticas públicas para uma IA Bethânia. **Sequência**, Santa Catarina, v. 45, n. 98, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/seq/a/WkDXwPqGpdfLFBXBDvjz8hv/abstract/?lang=pt Acesso em: 13 set. 2026.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton. **Proceedings [...].** Edmonton: CAIS, 1995.

FONTÚRBEL, Francisco E.; VIZENTIN-BUGONI, Jeferson. A paywall coming down, another being erected: open access Article Processing Charges (APC) may prevent some researchers from publishing in leading journals. **Bulletin of the Ecological Society of America,** [*s.l.*], v. 102, n. 1, 2020. Disponível em: https://esajournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/bes2.1791 Acesso em: 11 fev. 2026

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, Paraíba, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/14376 Acesso em: 13 set. 2026.

HERSCOVICI, Alain. Economia Política da Comunicação: uma tentativa de definição epistemológica. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 16, n. 3, p. 84-98, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/84 Acesso em: 13 set. 2026.

LARIVIÈRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The oligopoly of academic publishers in the digital era. **PLOS ONE**, [*s.l.*], v. 10, n. 6, 2015. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0127502 Acesso em: 22 jun. 2026.

LAROSE, Cassandra; MITTAL, Shriyaa. Correlations in APC, IF, and publication output from authors in lower income countries. *In*: SOCIETY FOR SCHOLARLY PUBLISHING ANNUAL MEETING, 45., 2023, Portland. **Proceedings [...].** Portland: SSP, 2023. Acesso em: 22 jun. 2026. Disponível em: https://www.scienceopen.com/document_file/902b8a8c-ff90-47f3-b714-91ad9800fc4f/ScienceOpen/CorrelationsAPC_20230305.pdf Acesso em: 22 jun. 2026.

LUND, Arwid; ZUKERFELD, Mariano. Profiting from Open Access Publishing. *In*: LUND, Arwid; ZUKERFELD, Mariano. **Corporate Capitalism's Use of Openness: profit for free?** Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 149-197. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-28219-6_4 Acesso em: 22 jun. 2026.

MARQUES, Juliana Ferreira; ALVES, Edvaldo Carvalho. Entre regimes de informação e desinformação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 29, Fluxo Contínuo, 2024: e-51478. Disponível: https://www.scielo.br/j/pci/a/DTNCGf6sWJtTQdXc4sbgxmM/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR Acesso em: 13 set. 2026.

MIROWSKI, Philip. The future(s) of open science. **Social Studies of Science**, [*s.l.*], v. 48, n. 2, p. 171-203, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0306312718772086 Acesso em: 10 fev. 2026.

POSADA, Alejandro; CHEN, George. Inequality in knowledge production: the integration of academic infrastructure by big publishers. **ELPUB 2018,** Toronto, 2018. Disponível em: https://hal.science/hal-01816707/document Acesso em: 10 jan. 2026.

RAWLS, John. **Justiça como equidade:** uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ROUHI, Sara; BEARD, Romy; BRUNDY, Curtis. Left in the cold: the failure of APC waiver programs to provide author equity. **Science Editor**, [*s.l.*], v. 45, n. 1, p. 5-13, 2022. Disponível em: https://www.csescienceeditor.org/article/left-in-the-cold-the-failure-of-apc-waiver-programs-to-provide-author-equity/ Acesso em: 11 fev. 2026.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Buenos Aires: CLACSO, 2022.

SILHOL, Guillaume; DILLAERTS, Hans; BOUKACEM-ZEGHMOURI, Chérifa. Légitimations et subversions de l'Open: pour une analyse de l'openwashing dans la publication scientifique. **HAL Open Science**, 2025. Disponível em: https://hal.science/hal-05363533 Acesso em: 25 mar. 2026.

SMITH, Audrey C. et al. Assessing the effect of article processing charges on the geographic diversity of authors using Elsevier's "Mirror Journal" system. **Quantitative Science Studies**, [*s.l.],* v. 2, n. 4, p. 1123-1143, 2021. Disponível em: https://direct.mit.edu/qss/article/2/4/1123/107612/Assessing-the-effect-of-article-processing-charges Acesso em: 11 jan. 2026.